

A Ordem dos Clíticos em Complexos Verbais na Sincronia Atual: Uma Regra Variável?

CLITIC ORDER IN VERBAL COMPLEX STRUCTURES IN CURRENT DAYS:
A VARIABLE RULE?

Silvia Rodrigues **VIEIRA***
Cristina Marcia Monteiro de Lima **CORRÊA***

Resumo: O trabalho centra-se nas possibilidades de colocação pronominal em ambiente com complexos verbais de modo a promover uma discussão acerca do estatuto variável desse fenômeno no vernáculo brasileiro. Em tese, não existem mais formas genuinamente alternantes, pois as posições pré (*não se pode investigar*) e pós-complexo verbal (*pode investigá-lo*) estão vinculadas a determinados tipos de clíticos, configurando construções aprendidas, e a posição não marcada é a interna ao complexo (*pode me investigar*). A ordem cl V1 V2 ocorre basicamente na fala de indivíduos escolarizados e em dados com *se* em estruturas indeterminadoras, quando o verbo auxiliar é *poder/dever*, precedido por palavra negativa e/ou relativo *que*. Os clíticos *o/a(s)* sucedem categoricamente V2, normalmente uma construção infinitiva. Os demais clíticos ocorrem exclusivamente na posição interna ao complexo, de modo que apenas superficialmente se verifica variação em estruturas com *se* indeterminador, que pode aparecer nas ordens anterior e interna ao complexo (com provável ligação a V1). As reflexões apresentadas tomam por base o confronto entre duas pesquisas sociolinguísticas labovianas, Vieira (2002) e Corrêa (2012), as quais se diferenciam principalmente pelo período em que foram recolhidas

* Doutora (2002) e Mestre (1995) em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora-pesquisadora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Contato: silviavieira@hotmail.com.

* Mestre (2012) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da rede particular de ensino no Rio de Janeiro. Contato: cmarciamlc@hotmail.com.

as amostras de fala: no primeiro, os dados são das décadas de 1970/1980; no segundo, de 2008/2009.

Palavras-Chave: Sociolinguística. Colocação pronominal. Português do Brasil.

Abstract: In this paper, possibilities of pronominal placement in sentences with verbal complex structures have been investigated in order to propose a discussion about the variable nature of the phenomenon in Brazilian Vernacular Portuguese. In theory, there are no genuine alternate forms, so that the variants cl V1 V2 (*se pode investigar*) and V1 V2-cl (*pode investigá-lo*) are related to specific clitics, configuring constructions which are formally learned, and the variant inside the complex (*pode me investigar*) is the natural, unmarked one. The position cl V1 V2, which is produced basically by educated individuals, takes place in occurrences with indeterminate pronoun *se* followed by an auxiliary verb *poder/dever*, preceded by negative word and/or relative pronoun *que*. Accusative clitics *o/a(s)* follow categorically V2, which usually corresponds to an infinitive form. Other clitics occur exclusively in the internal position, so that superficial variation can only be associated to indeterminate constructions, in which the variants cl V1 V2 and V1 cl V2 (with enclitic liaison to V1) can occur. The reflections presented here are based on the confrontation between two labovian sociolinguistic research, Vieira (2002) and Corrêa (2012), which differ mainly by the time speech samples were collected: in the first, the data are from the 1970s/1980s; in the second, 2008/2009s.

Key-Words: Sociolinguistics. Pronominal order. Brazilian Portuguese.

Introdução

O tema da colocação pronominal é tradicionalmente utilizado como importante caracterizador das feições brasileiras da Língua Portuguesa, constituindo elemento nitidamente diferenciador do Português do Brasil (PB) em relação ao Europeu (PE). Seja em contextos de uma só forma verbal (me dá *versus* dá-me) ou de mais de uma forma verbal (como em *pode(-)se dar, pode dar-se ou se pode dar*), diversos estudos (PEREIRA, 1981; PAGOTTO, 1992; LOBO, 2001; VIEIRA, 2002; SCHEI, 2003, 2010; MACHADO-MORITO, 2006; MARTINS, 2009; NUNES, 2009; PETERSON, 2010; SANTOS, 2010; BIAZOLLI, 2011; VIEIRA, 2011; CORRÊA, 2012) valeram-se de pressupostos sociolinguísticos, com base em dados das

modalidades oral ou escrita, sincrônicos ou diacrônicos, para caracterizar o fenômeno como uma regra variável.

A rigor, uma regra linguística variável funciona efetivamente como uma variável dependente, no sentido de que consiste em um termo que se refere a duas ou mais variantes/formas alternantes que dependem da coatuação de fatores para ocorrer. Uma premissa central da Sociolinguística Variacionista define que as variantes, para serem legítimas, devem possuir equivalência semântica ou “mesmo valor de verdade”; em outras palavras, usar uma ou outra forma não acarretaria mudança no valor referencial da expressão.

No nível fonológico, a variação é tida como evidente. A já costumeira aplicação do conceito de regra variável a fenômenos pertencentes a outros níveis da gramática gerou conhecidos e profícuos debates. Lavendera (1978) propôs que, em uma espécie de adequação metodológica, fosse tomado como critério para a identificação das variantes a “comparabilidade funcional” entre as supostas formas alternantes. Romaine (1981) estendeu a concepção de regra variável para além do nível sintático, considerando construções concorrentes no nível do discurso.

Este trabalho, pautado na variação sintática dos clíticos pronominais em relação a complexos verbais, considera um fenômeno que, por princípio, pode ser analisado como uma variável dependente, tendo em vista que as formas alternantes exibiriam equivalência semântica e, por consequência, comparabilidade funcional. Teoricamente, os pronomes átonos poderiam ocupar, no Português falado no Brasil, ao menos quatro posições: antes de V1 (*se deve fazer*), depois de V2 (*deve fazer-se*) ou ainda, na posição interveniente, depois de V1 (*deve-se (até) fazer*) ou antes de V2 (*deve (até) se fazer*).

É preciso salientar que, em se tratando de dados da modalidade oral, nem sempre é possível assegurar que o clítico esteja, quando na posição interveniente, ligado à primeira ou à segunda forma verbal. Na ausência de elemento interveniente (como *até*), que garantiria a identificação inequívoca da ordem do clítico, três posições ao menos podem ser seguramente controladas: pré, intra ou pós-complexo verbal (posições estas referidas, neste trabalho, por convenção, respectivamente como pré-CV ou cl-V1 V2, intra-CV ou V1 cl V2, e pós-CV ou V1 V2-cl).

1. então... eu acho que isso é vandalismo... que isso não *se deve aprender* dentro do colégio. (Nova Iguaçu, homem, faixa etária A, ensino superior).

2. então elas não *podiam se permitir* serem pegas assim de forma assim tão flagrante. (Copacabana, mulher, faixa etária B, ensino superior).
3. você não *pode deixá-los* até... as tantas porque eles tão correndo risco. (Nova Iguaçu, mulher, faixa etária B, ensino superior).

Duas questões centrais, intimamente relacionadas, geram as reflexões propostas no presente artigo: (i) as três/quatro referidas posições são possíveis em português, mas, se observarmos o que de fato é realizado em dados orais contemporâneos, essas formas alternantes são efetivamente produzidas, considerando o mesmo ambiente morfossintático?; (ii) a variação da ordem dos clíticos em relação aos complexos verbais constitui realmente uma variável dependente, cuja concretização resulte da ação de grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos? A depender do tipo de complexo verbal e do tipo de clítico pronominal, tem-se por hipótese que, a rigor, a resposta a essas perguntas seja negativa.

Duas das referidas pesquisas sociolinguísticas, as que se valem da modalidade oral – uma utilizando dados das décadas de 1970 a 1980 (VIEIRA, 2002) e outra com dados contemporâneos (CORRÊA, 2012) –, fornecem informações que darão subsídios para a discussão que se propõe neste artigo. Este, a propósito, está organizado em cinco seções. Na próxima, serão apresentados alguns dos pressupostos teóricos variacionistas adotados em prol da sistematização das tendências da colocação pronominal, também exibidas nessa seção. Na sequência, serão informados aspectos metodológicos que nortearam as duas pesquisas mencionadas, especialmente no que se refere aos procedimentos e aos *corpora* utilizados. Posteriormente, serão discutidos os resultados, para que, ao final, sejam sistematizadas as conclusões que se podem tirar a partir dos referidos dados.

1 Teoria da Variação e Mudança e a Ordem dos Clíticos Pronominais

Buscando questionar o estatuto de variável dependente, o presente estudo fundamenta-se, principalmente, no arcabouço da Teoria da variação e mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994). *A priori*, a colocação pronominal configura-se como um fenômeno em algum grau variável, visto que as posições dos clíticos, se não muito produtivas, são, pelo menos, reconhecidas de modo geral pelos falantes como possíveis e são

funcionalmente comparáveis, conforme propõem Lavandera (1978) e Romaine (1981).

Dos vários aspectos teóricos que poderiam ser mencionados, alguns devem ser destacados. Em primeiro lugar, dois princípios evidenciam condição *sine qua non* para o estudo sociolinguístico da colocação pronominal: (i) a irrefutável variação sistemática inerente às línguas; e (ii) a possibilidade de a competição entre variantes resultar em mudança linguística. Tratando-se de variação, os fenômenos linguísticos podem configurar, segundo Labov (2003), uma regra variável (as formas poderiam ser realizadas em 5% a 95% dos casos) ou uma regra semicategórica (uma das variantes seria realizada entre 95 e 99% dos casos).

Como o próprio nome sugere, as variantes da variável dependente sofrem pressões de fatores que delimitam a produtividade e os contextos de ocorrência de cada estrutura. No que tange à colocação pronominal em complexos verbais, alguns estudos diacrônicos (GALVEZ; BRITO; PAIXÃO DE SOUZA, 2005; MARTINS, 2009; CARNEIRO, 2011¹) propõem que o Português do Brasil evoluiu de um sistema de preferência geral pela próclise (o do Português Clássico – séculos XVI a XVII), exceto em início absoluto, para um sistema de preferência pela próclise a V2 (*pode me-dizer*), diferentemente do Português Europeu, que teria assumido por ordem não marcada a ênclise a V1 (*pode-me dizer*) ou a V2 (*pode dizer-me*) e a posição proclítica a V1 em contextos com elementos atratores/proclisadores (*não me pode dizer*).

Considerando dados da escrita brasileira dos séculos XIX e XX, estudos sociolinguísticos (PAGOTTO, 1992; SCHEI, 2003, 2010; MARTINS, 2009; NUNES, 2009; SANTOS, 2010; BIAZOLLI, 2011) demonstram, em proporções que variam fundamentalmente a depender do gênero textual e do período em questão, o modelo europeu de colocação – que foi adotado como orientação normativa no Brasil –, porém com crescentes reflexos da preferência brasileira. Em dados orais sincrônicos do PB, acredita-se que, de fato, a forma não marcada seja a intra-CV (com o padrão preferencial

¹ Os estudos citados partilham o pressuposto de que os dados coletados ao longo do tempo ofereceriam evidências de alterações gramaticais – do Português Clássico ao Português Europeu e do Português Clássico ao Português do Brasil. O século XIX, de modo especial, revelaria dados oriundos desses três sistemas de colocação, o que configuraria, nos termos de Kroch (1989, 2001), uma competição de gramáticas.

proclítico a V2) e a alternância com as outras variantes resista apenas em alguns tipos de complexos verbais e com certos clíticos pronominais. Este artigo evidencia os elementos que colaboram para a realização de uma ou outra variante, bem como verifica, a partir da comparação de dados das décadas de 1970/80 aos contemporâneos, se é possível considerar alguma alteração nos resultados obtidos. Desse modo, dentre os problemas da variação e mudança, as reflexões feitas referem-se fundamentalmente às questões atinentes aos fatores condicionantes (ou restrições) e à transição (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

2 Metodologia

Conforme já esclarecido, adota-se, aqui, em termos metodológicos, a contraposição dos resultados de duas pesquisas cunhadas no arcabouço sociolinguístico, que se ocupam da ordem dos clíticos pronominais em complexos verbais a partir da análise de dados produzidos por indivíduos de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O estudo de Vieira (2002) consiste em uma investigação a respeito da ordem dos clíticos pronominais e do estatuto morfofonológico desses pronomes a partir de registros orais e escritos das variedades brasileira, europeia e moçambicana do Português. A respeito da metodologia utilizada no que se refere à variedade brasileira, cabe destacar que o *corpus* foi constituído a partir de 45 inquéritos com pessoas oriundas de municípios diversos do Rio de Janeiro, obtidos nas décadas de 1970/80, pelos Projetos NURC/Rio (*Norma Linguística Urbana Culta do Rio de Janeiro*), PEUL (*Programa de Estudos do Uso da Linguagem*) e APERJ (*Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*). O *corpus* foi estratificado segundo a escolaridade (analfabeto ou com pouca escolarização, nível médio e nível superior) e a faixa etária (entre 18 e 35 anos, entre 36 e 55 anos e de 56 em diante) dos informantes.

Constituído o *corpus*, verificaram-se grupos de fatores que estariam coatuando sobre cada uma das variantes realizadas. De todos os grupos de fatores controlados, por ordem de importância segundo o programa computacional Goldvarb, apenas 'tipo de clítico' (valor do *se*), 'constituição do complexo verbal', 'forma do verbo predicador' e 'escolaridade' se mostraram relevantes para o fenômeno. O modo como esses grupos de fatores atuaram será explicitado na seção seguinte deste trabalho.

A respeito da pesquisa de Corrêa (2012), a investigação valeu-se do *corpus* constituído no âmbito do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias*. As entrevistas foram realizadas nos anos de 2008/2009 com indivíduos de dois municípios do Rio de Janeiro, a capital e Nova Iguaçu. O *corpus* foi estratificado por escolaridade (ensino fundamental, médio e superior), faixa etária e sexo dos indivíduos, tendo sido considerado um indivíduo de cada perfil em cada região, o que totalizou 36 inquéritos.

Ambas as pesquisas foram realizadas com base em dados representativos da variedade fluminense, de modo que seus resultados podem ser devidamente comparados. Os grupos de fatores controlados em Corrêa (2012) também coincidem com aqueles de Vieira (2002). Ao contrastar os resultados, esperava-se que as tendências mostradas na primeira pesquisa se confirmassem na segunda. O detalhamento dos resultados, a seguir, permitirá observar em que medida essa hipótese pôde ser confirmada.

3 Resultados

O estudo da norma fluminense de colocação pronominal na década de 1970/1980 (VIEIRA, 2002) foi realizado com base em 254 ocorrências de clíticos em sentença com complexo verbal, dentre as quais 248 coincidem com os tipos de contextos controlados em Corrêa (2012), estudo que se valeu de 258 ocorrências². Considerando unicamente os contextos comparáveis, detecta-se a seguinte distribuição das ocorrências pelas variantes posicionais do clítico:

Ordem do clítico	Vieira (2002)		Corrêa (2002)	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
cl V1 V2	14/248	6%	5/258	2%
V1 cl V2	227/248	91%	247/258	96%
V1 V2 cl	7/248	3%	6/258	2%

² Em Vieira (2002), foram coletados, além de perífrases verbais de voz passiva, temporais, aspectuais, modais e volitivas, construções verbais causativas e sensitivas (*mandou-me fazer*, *viu-me fazer*) e bioracionais com oração subjetiva no infinitivo (*falta-me dizer*), que efetivamente não apresentam variação em três posições.

De outro modo, a proporção de cada variante no *corpus* em percentuais pode ser assim representada:

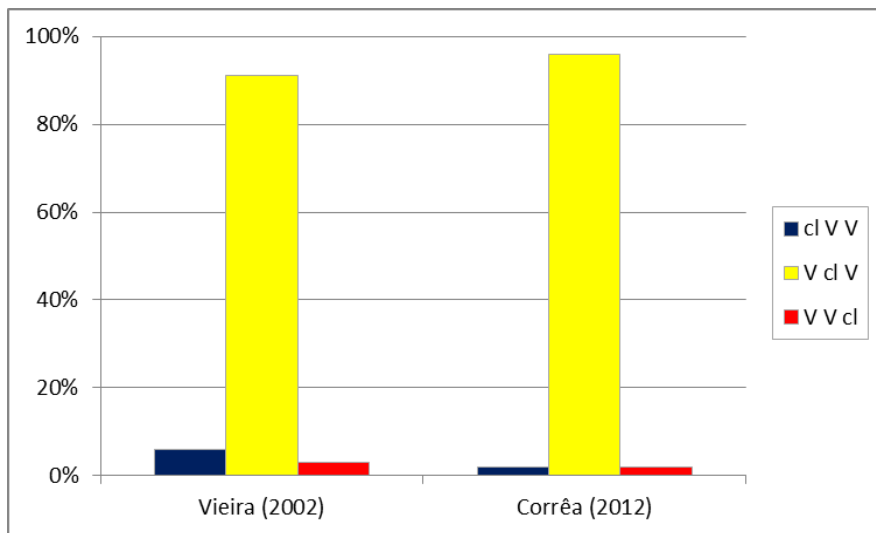


Figura 1 – Ordem do clítico em complexo verbal nos trabalhos de Vieira (2002) e Corrêa (2012)

Em ambas as pesquisas, foi constatada a predominância da variante interna ao complexo sobre as variantes pré e pós-CV. Vieira (2002, p. 318) apresentou evidências de que a ordem V1 cl V2 era a mais produtiva, “independentemente da atuação de qualquer tipo de elemento condicionador”; por isso, constituía a variante não marcada. Com dados coletados após cerca de 40 anos, os dados de Corrêa (2012) confirmam a tendência geral observada anteriormente, com índices ainda superiores em relação à variante interna ao complexo.

Ao que tudo indica, os dados contemporâneos do Português do Brasil revelam que a realidade da colocação pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro reflete, muito mais que a suposta variação estável, uma tendência à invariabilidade. Surpreendente, nesse sentido, foi o índice de produtividade da variante V1 cl V2 no estudo de Corrêa (2012). De acordo com as categorias de regras linguísticas propostas por Labov (2003), pode-se dizer que o fenômeno em pauta assumiu – com 96% de uma das formas

controladas – comportamento de uma regra semicategórica. Contudo, acredita-se que não se define efetivamente o tipo de regra em questão apenas com a distribuição geral dos dados, pois podem ter ocorrido poucas vezes as variantes pré e pós-CV, por exemplo, por falta de ambiente propício. Convém, antes de qualquer generalização, que se observe minuciosamente a qualidade dos dados e, ainda, quando se julgue viável, se realize uma análise probabilística.

No trabalho de Vieira (2002), além de se proceder a uma detalhada descrição das ocorrências, foi realizada a ponderação estatística opondo a variante pré-CV às demais, de modo a permitir a comparação dos resultados, em relação à relevância das variáveis, com os obtidos para as variedades europeia e moçambicana. Corrêa (2012) não julgou apropriado, devido ao irrisório teor de variação na amostra, desenvolver a análise a partir de pesos relativos. A suposta relação de causa e efeito entre os contextos controlados como variáveis independentes e a regra variável foram analisadas, então, apenas com base em duas estratégias: (i) na descrição das ocorrências em termos qualitativos; e (ii) na observação de frequências de cada variante.

3.1 A posição pré-complexo verbal (cl V1 V2)

Listam-se, primeiramente, seis das quatorze ocorrências do clítico antes do complexo verbal do estudo de Vieira (2002)³:

4. acho que como todo casal mais ou menos novo... sempre quando *se vai comprar* alguma coisa... a gente tem o problema de dar uma entrada grande... certo (PB oral, NURC, inq. 084, faixa A, nível 3)
5. eu não exijo nem um plano... alguma noção do que *se pretende fazer* daqui a três. quatro... cinco anos e isso é impossível (PB oral, NURC, inq. 135, faixa B, nível 3)
6. é preciso fazer com que essa indústria possa viver... e talvez... eh... seja o caso de tomar alguma medida... que consumir gasolina como o Brasil consome é uma coisa que não *se pode* mais *admitir* (PB oral, NURC, inq. 233, faixa B, nível 3)

³ Duas das quatorze ocorrências não foram disponibilizadas pela autora.

7. tudo isto está tudo muito certo e não *se pode negar* que é uma necessidade (PB oral, NURC, inq. 373, faixa C, nível 3)
8. não *se pode* mais *fazer* uma ideia... né? (PB oral, NURC, inq. 373, faixa C, nível 3)
9. o que *se tem utilizado*? (PB oral, NURC, inq. 141, faixa C, nível 3)
10. geralmente na divisão de trabalho e isso... está se modificando muito... mas ainda é muito assim... então ela é mais levada à compra... *se habitua a comprar* (PB oral, NURC, inq. 233, faixa B, nível 3)
11. é uma festa... é ... então se... imediatamente todos *se põem a divertir*... não é isso (PB oral, NURC, inq. 233, faixa B, nível 3)
12. também... pelo que eu... *me é dado observar*... você vê (PB oral, NURC, inq. 317, faixa C, nível 3)

Dos exemplos encontrados pela autora, chama à atenção, em termos estruturais, o fato de que nove se referem ao *se* em estrutura indeterminadora. Nos demais casos, foram registradas duas ocorrências de *se* inerente ligado ao verbo auxiliar (*habituar-se e pôr-se*) e uma de *me* em estrutura de voz passiva, bastante cristalizada (*não me é dado observar*). Desse modo, pode-se perceber que é principalmente com as estruturas indeterminadoras que parecia sobreviver a variante proclítica ao complexo. Em todas essas estruturas (quase todas infinitivas), foi registrada uma partícula no contexto antecedente que pode ser considerada atratora, havendo em seis dados a seguinte construção: partícula de negação + verbo modal *poder/dever* + infinitivo.

A análise estatística com base na ferramenta Goldvarb 2001 permitiu confirmar as tendências verificadas na observação dos dados. Assumiu-se por hipótese que os clíticos *se* do tipo indeterminador, por não corresponderem a núcleos argumentais com referência definida, estariam mais propensos a ficar na posição pré-CV do que os demais pronomes átonos. O *se* reflexivo/inerente, ao contrário, tenderia a se localizar nas adjacências do verbo predicador. De acordo com os resultados alcançados, em meio a 111 ocorrências com *se* reflexivo/inerente, apenas em duas o pronome ocupou a

posição pré-CV, que continham o clítico de um tipo particular, inerente a V1. O número de ocorrências de *se* em estrutura indeterminadora na posição proclítica a V1 é maior: nove ocorrências em meio ao total de 34 dados de *se* (26%). A distribuição diferenciada dos tipos de clítico pode ser também aferida nas tendências indicadas pelos pesos relativos: o *se* indeterminador mostrou-se nitidamente favorável (.86) à concretização dessa variante, diferentemente do reflexivo/inerente (.37).

Em termos extralinguísticos, chama à atenção o fato de que nenhuma das ocorrências foi produzida pelos informantes analfabetos; ao contrário, quase todas (com exceção de duas, produzidas por falantes com ensino médio) foram produzidas por entrevistados com curso superior. No que se refere à escolaridade, a análise também confirmou o comportamento: quanto maior o nível de instrução, maior a chance de anteposição do pronome ao complexo, visto que o 'nível superior' se mostrou favorecedor (.76) dessa realização, enquanto o 'nível médio' se mostrou desfavorecedor (.33).

A seguir, apresentam-se os únicos cinco casos da variante pré-CV encontrados no estudo de Corrêa (2012):

13. e eu tive até uma atitude que não *se deve ter* né? (Nova Iguaçu, homem, faixa B, ensino fundamental).
14. então... eu acho que isso é vandalismo... que isso não *se deve aprender* dentro do colégio (Nova Iguaçu, homem, faixa A, ensino superior).
15. não *se pode* mais *comparar* o que era há vinte anos atrás (Nova Iguaçu, homem, faixa A, ensino superior).
16. então acho que ele é menor em função... das coisas que eu posso colocar () que *se pode colocar* dentro de casa (Copacabana, mulher, faixa B, ensino superior).
17. isso nunca *se vai saber* (Copacabana, mulher, faixa C, ensino superior).

Dentre as características sociais dos informantes que produziram essas cinco ocorrências, também se pode destacar o grau de escolaridade do

indivíduo entrevistado. A variante pré-CV foi produzida quase exclusivamente por indivíduos com ensino superior.

Em termos estruturais, algumas características das ocorrências já verificadas no estudo de Vieira (2002) podem ser destacadas. Primeiramente, em todos os exemplos, o clítico que precedeu o complexo verbal foi do tipo *se* indeterminador/apassivador⁴. Quanto ao tipo de complexo verbal, todos com V2 no infinitivo, quatro são formados por V1 modal (*dever* ou *poder*); apenas uma ocorrência corresponde a um tempo composto, formado por *ir* + infinitivo. A respeito do contexto morfossintático antecedente, houve, quase sempre, imediatamente antes do pronome, uma partícula de negação; apenas em um caso, deu-se a presença de um pronome relativo *que*.

De acordo com a descrição dos dados, o acesso do informante a alto nível de escolaridade, a construção indeterminadora com *se*, o complexo formado por *poder* ou *dever* + infinitivo, a presença de uma partícula (principalmente negativa) no contexto antecedente ao complexo constituíram contextos que tornaram possível a posição pré-CV. Quando forem comparados esses fatores aos que se mostraram frequentes nos enunciados com as demais formas alternantes, será possível inferir o que foi determinante para a realização de cada uma.

3.2 A posição pós-complexo verbal (V1 V2-cl)

A posição pós-complexo verbal apresenta contextos ainda mais específicos do que os verificados para a posição pré-complexo verbal. A fim de demonstrar essa especificidade, apresentam-se exemplos das duas pesquisas e procede-se à descrição desses dados em conjunto.

No estudo de Vieira (2002), foram encontrados exemplos do seguinte tipo:

⁴ Todas as ocorrências de pronome *se* utilizado como estratégia de indeterminação do agente encontradas no *corpus* envolvem, em termos de predicação básica, verbo transitivo direto, o que, de acordo com a abordagem tradicional, coloca o pronome na categoria de apassivador. Nesta pesquisa, a possibilidade de ocorrer *se* apassivador e *se* indeterminador foi controlada separadamente a princípio; ao longo da análise, não se mostrou produtivo distinguir as duas classificações, o que não se configurou um problema, pois as estruturas atendem ao mesmo propósito, diferenciando-se apenas pela transitividade do verbo em questão.

18. então nós precisamos arranjar uma fonte extra para *poder* eh *manter-se* numa atitude eh que se coadune como professor. (PB oral, NURC, inq. 077, faixa C, nível 3)
19. e *pode gastá-lo* à vontade (PB oral, NURC, inq. 141, faixa C, nível 3)
20. que não é porque ela está independente financeiramente, não é porque ela é uma série de coisas que ele vai- ela *vai dar-lhe* o chute na traseira (PB oral, PEUL, inq. 044, faixa B, nível 2)
21. aí é bota no vale o motivo, por que motivo *estava fazendo-se* um vale extra. (PB oral, PEUL, inq. 046, faixa C, nível 3)

A seguir, estão expostas quatro das seis sentenças com ênclise ao complexo verbal encontradas por Corrêa (2012).

22. ele ia encontrar lá um mais velho que *ia orientá-lo* ia ensinar etc (Nova Iguaçu, homem, faixa C, ensino superior)
23. você não *pode deixá-los* até as tantas porque eles tão correndo risco (Nova Iguaçu, mulher, faixa B, ensino superior)
24. eu precisei de um favor dele aí eu *passei a conhecê-lo...* aí ficou meu amigo (Copacabana, mulher, faixa B, ensino médio)
25. e nós (diríamos) que quem *devia julgá-lo* seriam oficiais (Copacabana, homem, faixa C, ensino superior)

A observação dos exemplos permite afirmar que a variante pós-CV, rara no PB, se concretiza em circunstâncias muito específicas. A construção que a favorece, em primeiro plano, é a seguinte: forma finita + infinitivo + clítico acusativo de 3ª pessoa (8 dos 13 casos).

A construção semelhante com o clítico dativo de 3ª pessoa, que ocorreu uma vez, com a posposição do pronome ao complexo, conta com o verbo *dar* (*vai dar-lhe*), que, ao que parece, constitui, em algumas variedades do PB, uma espécie de expressão cristalizada.

Os outros dois casos do padrão V1 V2 cl ocorreram com o pronome *se*: *poder manter-se* e *estava fazendo-se*. Dado o irrisório número de ocorrências, não se pode propor qualquer generalização quanto a este uso. Registra-se, apenas, que a posição enclítica, especialmente do *se* reflexivo/inerente, costuma ocorrer adjacente ao verbo temático, e a ênclise, em dados da escrita, é mais produtiva para esse pronome quando comparado aos demais [exceto *o/a(s)*].

Sobre o contexto morfossintático antecedente, verificou-se que, além dos casos de verbo em posição inicial ou após elementos não proclisadores, a variante pós-cv ocorre mesmo na presença de diversas partículas dessa natureza: pronome relativo *que*, partícula de negação, advérbio, conjunção subordinativa. A diversidade de elementos e a distribuição equilibrada pelos contextos ora descritos – além da predominância da variante intra-CV no *corpus* como um todo – são suficientes para assegurar que, na amostra, não atua efetivamente um mecanismo de atração do pronome.

Novamente reforçando a relevância da tipologia pronominal, constata-se que, mesmo em se tratando de indivíduo com ensino superior e de frase com a presença de *não* no contexto antecedente ao verbo auxiliar *poder*, o clítico sucedeu a segunda forma verbal. Em outras palavras, a coatuação desses fatores, que estimulariam, teoricamente, a ida do pronome para a posição pré-CV, não foi mais forte que a atuação do tipo de clítico [especialmente *o/a(s)*] associada à presença do infinitivo.

Dentre as variáveis sociais relativas aos informantes, foi na escolaridade novamente que se obteve maior regularidade. A forma pós-CV foi produzida fundamentalmente por indivíduos com ensino superior (9/13), tendo sido registrada quatro ocorrências enunciadas por informantes com ensino médio. Falantes com ensino fundamental ou sem escolaridade não concretizaram qualquer construção dessa natureza. Esses resultados sugerem que essa variante se vincule a um grau de elaboração compatível com situações que exigem uma norma linguística tida como de prestígio.

De acordo com o que sugerem diversos trabalhos, como o de Rodrigues-Coelho (2011), cuja pesquisa está baseada em redações escolares, os clíticos acusativos de terceira pessoa são aprendidos; por isso, quem é instruído formalmente teria mais chance de realizar essa forma. Esse tipo de clítico não faria parte do vernáculo brasileiro, nos termos de Labov (1972), ou, na perspectiva aquisicionista formalista, não integraria a gramática nuclear dos brasileiros, depreensível na fase de aquisição da linguagem (cf. KATO,

2005). Isso está plenamente de acordo com o fato de que a forma pronominal *o/a(s)* ocorre exclusivamente na posição pós-CV e basicamente na fala de indivíduos com nível superior.

Se, por um lado, o ensino exerce papel fundamental na introdução dessa forma pronominal, por outro, o uso decorrente desse processo de aprendizagem, especialmente no que se refere à ordem, não confere exatamente com o que propõem as gramáticas normativas. Conforme suas recomendações, diante de pronome relativo *que*, partícula de negação, sintagma adverbial com valor circunstancial e/ou conjunção integrante – “atratores” encontrados em enunciados com a variante pós-CV –, o pronome deveria ser proclítico. No entanto, quando V2 se encontra no infinitivo, ainda que a sentença apresente uma palavra atratora, foi facultada a posposição do pronome.

3.3 A posição interna ao complexo verbal (V1 cl V2)

Descritos os dados de clíticos na ordem pré e pós-CV, passa-se a refletir aqui sobre a caracterização daqueles que contêm a variante dominante no PB – a posição intra-CV. Com exceção dos acusativos de terceira pessoa (que não apareceram nessa ordem), os clíticos ocorrem no interior do complexo verbal com frequência em circunstâncias diversas – até mesmo em situações, por vezes, semelhantes àquelas que concorrem para a realização das ordens pré e pós-CV –, o que faz do padrão V1 cl V2 a ordem não marcada. Os exemplos abaixo demonstram estruturas tipicamente brasileiras, que deixam claro que, independentemente da presença de elemento proclisador ou da forma dos auxiliares ou do verbo temático, restrições tradicionais à posição interna ao complexo, o PB registra sua variante preferencial.

26. no supermercado eu não *tinha me lembrado*... e...viu... que quando você falou em compras eu pensei de compras de... mas isso ai eu gosto de comprar comida (PB oral, NURC, inq. 233, faixa B, nível 3)
27. eu *vou acabar me enrolando* que o negócio é bastante complicado... (PB oral, NURC, inq. 012, faixa A, nível 3)

28. e o tratamento usual não era esse esse formal de excelência que... vários deles mereciam... por contingências profissionais... era um senhor... o professor... professor aí usado até como como... como vocativo... como... eh:... ...às vezes até como pronome... como por exemplo... "o professor *poderia me:... esclarecer*" ... substituindo aí o você ou o senhor (PB oral, NURC, inq. 012, faixa A, nível 3)

Para o detalhamento das características do padrão V1 cl V2, convém observar os resultados específicos encontrados no trabalho de Corrêa (2012) quanto aos tipos de pronomes. No *corpus* analisado pela autora, registraram-se os pronomes *me* (34%), *te* (20%), *se* reflexivo/inerente (40%), *se* indeterminador/apassivador (3%), *nos* (2%) e *o/a(s)* (1%). Dentre eles, somente o *se* em estrutura indeterminadora não ocorreu categoricamente na ordem intra-CV, além do pronome *o/a(s)*, que ocorreu exclusivamente na posição pós-CV. Verificou-se, na realidade, que, quando se tratava dos pronomes mais recorrentes – *me*, *te* e *se* reflexivo/inerente –, não se observou variação na ordem.

O *se* indeterminador/apassivador, que foi encontrado na posição pré-CV, ocupou também a posição intra-CV, conforme mostram os exemplos abaixo.

29. agora parece-me que *vai se estender* o projeto oficial é que ele se a Via Light se estenda até o porto de Sepetiba né (Nova Iguaçu, mulher, faixa C, ensino superior).
30. não sei quanto se roubava antes mas *continua se roubando* hoje (Copacabana, mulher, faixa B, ensino superior).

A representação gráfica, abaixo, permite visualizar os resultados de Corrêa (2012) quanto aos tipos de clíticos.

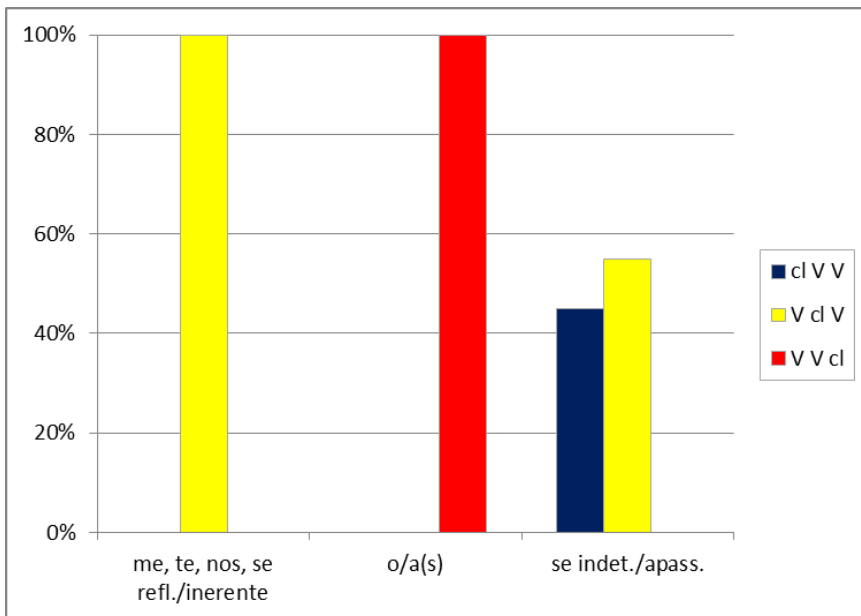


Figura 2 – Ordem do clítico em complexo verbal segundo a variável tipo de clítico no trabalho de Corrêa (2012)

Essas duas sentenças ilustram o que se constatou através da análise também do contexto morfossintático antecedente ao complexo verbal, da forma dos verbos e da escolaridade. Elas apresentam um tipo de pronome que também foi encontrado na posição pré-CV, mas não reúnem o conjunto de elementos que favorecem essa variante. Assim, de modo geral, os dados com a ordem intra-CV não apresentam simultaneamente as características que levaram à realização das outras posições: no caso de pré-CV, pronome *se* indeterminador/apassivador, um elemento atrator (advérbio *não* principalmente), complexo com auxiliar *poder* ou *dever* e indivíduo com ensino superior; no caso de pós-CV, pronome *o/a(s)* e complexo com verbo predicador no infinitivo. Como em poucos dados se encontram esses fatores atuando em conjunto, a construção intra-CV é dominante no *corpus* (96%).

Quanto à possibilidade de ligação do pronome com V1 ou com V2, dois grupos de dados permitem inferir que os pronomes, especialmente aqueles que ocorrem somente na ordem intra-CV, se ligam ao verbo

predicador (V2): (i) dados com elemento interveniente e (ii) dados com complexo formado por mais de dois verbos.

Referente ao primeiro grupo, podem-se observar alguns exemplos de Vieira (2002):

31. o primeiro país que eu vi com neve... viu? então a limpeza das ruas depois que o gelo *começa a se derreter*... não é? (PB oral, inq. , faixa , nível)
32. esse ano eu não passo sem sair daqui, que eu já não *estou mais me aguentando* (PB oral, PEUL, inq. 034, faixa C, nível 2)
33. isso eu [não] - não *posso nem te responder* que eu não estou à altura (PB oral, PEUL, inq. 026, faixa A, nível 2)
34. então, você tem que *tem que primeiro, se formar*, formar a sua ideia, formar tudo. (PB oral, PEUL, inq. 023, faixa A, nível 2)

Observa-se que, no interior do complexo verbal, além do pronome átono, há uma preposição, um conector ou um sintagma de outra natureza. Na presença de um desses elementos, o clítico categoricamente foi colocado no contexto imediatamente antes de V2. Vale ressaltar que, em nenhum dos dados, consta o clítico *se* indeterminador/apassivador – aquele capaz de deslocar-se para a posição pré-CV e que supostamente se liga a V1.

Em consonância com esse resultado, Corrêa (2012) exemplifica:

35. então assim se você bater o pé ele *tem que te atender* (Copacabana, homem, faixa B, ensino médio).
36. eu achava irritante e eles também assim até pelo fato deles *tarem sempre me sacaneando* mesmo por causa do meu sotaque (Copacabana, mulher, faixa A, ensino médio).

Em ambas as sentenças, assim como nas outras que elas representam, novamente se constata que o pronome *se* localiza na adjacência do verbo predicador.

Dessa forma, os dados demonstram que a variedade brasileira é, de fato, particular quanto à ligação dos pronomes às formas verbais constitutivas dos complexos. Na presença dos diversos elementos intervenientes, os pronomes, que estão sintaticamente ligados ao verbo temático, figuram sempre após tais elementos, não sendo possível conceber, nesses casos, uma ligação do pronome a V1, mas, sim, a V2.

A respeito dos dados contendo complexo formado por mais de duas formas verbais, Vieira (2002) fornece alguns exemplos, dentre eles um brasileiro (abaixo), que mostra a mesma tendência evidenciada em Corrêa (2012).

37. a vida hoje se transformou nesse ponto, que o sujeito não *pode mais estar se preocupando* com o outro, que ele não tem tempo nem de se preocupar com ele, está entendendo? (PB oral, PEUL, inq. 031, faixa C, nível 2)

Corrêa (2012, p. 151) valeu-se também de doze construções, como as quatro expostas a seguir, para deduzir que, na norma brasileira, o clítico se liga sintaticamente ao verbo predicador.

38. *vou ter que me desfazer* (Copacabana, homem, faixa C, ensino fundamental).
39. *poderia ter me dado* muito bem ou não (Copacabana, mulher, faixa C, ensino superior).
40. e nós *podemos começar a nos preparar* de forma errada (Nova Iguaçu, homem, faixa B, ensino fundamental).
41. você *vai ficar se matando*? (Nova Iguaçu, mulher, faixa B, ensino fundamental).

Os exemplos de complexos com mais de uma forma auxiliar mostram que o pronome se localiza antes do verbo da extrema direita. Vale salientar que os arranjos de formas (semi-)auxiliares são diversas e não se encontrou qualquer dado desse tipo com pronome *se* indeterminador/apassivador – aquele que demonstrou mais flexibilidade para pôr-se afastado do verbo

temático –, o que limita qualquer generalização sobre sua ligação sintática. Contudo, com base na intuição de falantes do PB, em observações impressionísticas e em resultados relativos às análises acústicas (cf. VIEIRA, 2002; Corrêa, 2012), pode-se propor que esse pronome ocorreria adjacente a V1, mesmo quando em posição intermediária ao complexo (*pode-se até assistir ao filme*, e não *pode até se assistir ao filme*).

De todo modo, dada a baixa produtividade de estruturas indeterminadoras com *se* frente a outras estratégias brasileiras de indeterminação, como o uso de *você*, *a gente*, por exemplo, e a regularidade dos resultados sobre dados com elemento interveniente e com complexos formados por mais de duas formas verbais, acredita-se que as evidências convergem, em geral, para um padrão brasileiro de clítico pronominal ligado a V2. Dessa forma, a estrutura não marcada – excetuando os clíticos menos naturais no vernáculo brasileiro – é intra-CV com ligação do pronome ao verbo temático.

Considerações Finais

A ordem dos clíticos pronominais em relação a complexos verbais configura, em dados contemporâneos, uma efetiva regra variável? Os resultados de Vieira (2002) e Corrêa (2012) evidenciam um teor quase nulo de variação, resguardado apenas por construções superficialmente alternantes com o clítico *se* indeterminador. A ordem mais comum, sem dúvida, consiste no padrão V1 cl V2. A ordem pós-CV, por outro lado, é ocupada basicamente por clíticos acusativos de terceira pessoa. Trata-se, portanto, de estruturas particulares com pronomes que, de acordo com diversos estudos, como o de Rodrigues-Coelho (2011), não seriam as opções preferenciais do vernáculo brasileiro.

Valendo-se da terminologia proposta em Labov (2003), pode-se propor que o fenômeno retrata, na realidade, uma regra semicategórica. As estruturas pré e pós-CV entrariam no repertório linguístico por meio de situações de aprendizagem formal ou por experiências diversas de letramento. Enquanto a posição não marcada, interna ao complexo verbal, ocorre em contextos variados, as outras formas são realizadas em circunstâncias bem específicas. O tipo de clítico demonstra ser o aspecto mais importante para que se manifestem as posições pré e pós-CV. Ainda que o falante possua nível superior e o verbo predicador esteja no infinitivo, não é certo que o

clítico ocorrerá depois do complexo. É fundamental que, para isso, se trate principalmente de *a/a(s)*. Essa forma pronominal não foi registrada em outra posição, o que demonstra não haver situação de alternância. Para a ocorrência da ordem pré-CV, o fato de coatuarem ou não os elementos (i) verbo auxiliar *poder/dever*, (ii) partícula negativa e/ou pronome relativo *que* antes do complexo verbal e (iii) nível superior do indivíduo não assegura que será realizada a ordem pré-CV. Contudo, se associado a eles está o pronome *se* indeterminador, é esperado que essa colocação aconteça.

Partindo do pressuposto de que as posições anterior e posterior ao complexo adentrariam o repertório linguístico depois de adquirido o vernáculo, pode-se propor que a ordem dos clíticos pronominais não se apresenta de forma efetivamente variável em termos labovianos, sendo a colocação interna ao complexo a ordem natural do PB. No entanto, como as outras posições são registradas – ainda que não sejam produtivas – e, no caso das ordens pré e intra-CV, o pronome *se* indeterminador oscila de posição, pode-se afirmar que existe, em contexto monitorado na fala de indivíduos com alta escolaridade, um padrão de regra semicategórica.

Referências

BIAZOLLI, C. *Clíticos pronominais de São Paulo: 1880 a 1920: uma análise sócio-histórico-linguística*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2010.

CORRÊA, C. *Cliticização pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro: a interface sintaxe-fonologia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO-DE-SOUSA, M. The change in clitic placement from classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*. Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond, v. 4, n. 1, p. 39-67, 2005.

KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. et al. (Orgs). *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM, 2005. p. 131-145.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variations and Change*, n. 1, p. 199-244, 1989.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: BlackWell, 2001. p. 699-729.

LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C.; TUCKER, G. *Sociolinguistic*. The Essential Readings. Oxford/New York: Blackwell, 2003. p. 234-250.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, Cambridge, n. 7, p. 171-182, 1978.

LOBO, T. *A colocação dos clíticos em Português*. Duas sincronias em confronto. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística Histórica) – Universidade de Lisboa, Lisboa. 1992.

LOBO, T. *Para uma sociolinguística histórica do Português do Brasil*: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. 2001. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001. 4v.

MACHADO-MORITO, A. *O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

MARTINS, M. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.

NUNES, C. *Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE*. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português*. Um estudo diacrônico. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1992.

PEREIRA, M. *A variação na colocação dos pronomes átonos no Português do Brasil*. 1981. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1981.

PETERSON, M. *A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor: uma contribuição da Sociolinguística Variacionista*. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

RODRIGUES-COELHO, A. *A ordem dos clíticos pronominais: uma análise sociolinguística da escrita escolar do Rio de Janeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

ROMAINE, S. On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. *Sociolinguistic Working Paper*, n. 82, p. 1-38, 1981.

SANTOS, D. C. de O. *Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do Português Literário: um estudo segundo o conjugado "Variação-Mudança & Cliticização"*. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

SCHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas, 2003.

SCHEI, A. *A colocação pronominal do século XIX: a língua literária brasileira*. São Carlos: Pedro & João, 2010.

VIEIRA, M. *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no Português Europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

VIEIRA, S. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. 2002. Tese (Doutorado

em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MARKIEL, A. *Directions for historical linguistics: a symposium*. London: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.